

THE GRAIN CROPS AS ACTIVITIES FOR THE DEVELOPMENT AND INTEGRATION OF THE GREAT DOURADOS REGION TO THE NATIONAL PRODUCTIVE CIRCLE

AS LAVOURAS DE GRÃOS COMO ATIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA REGIÃO DA GRANDE DOURADOS AO CIRCUITO PRODUTIVO NACIONAL

Walter Guedes da Silva

Doutor em Geografia Humana pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Professor Adjunto do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. E-mail: guedes@uems.br.

Endereço: Rua 14 de julho, nº. 4465, Garden das Palmeiras, Ap. 1605 – Torre 1, Bairro São Francisco. 79.010-470. Campo Grande (MS) - Brasil.

Abstract: Led to become a national productive Center, the Great Dourados Region, which consists of 40 cities located in the south of the state of Mato Grosso do Sul – Brazil, emerged as a grain productive region from the middle of the 1970s in the 20th century to the beginning of the 21st century. Using modern agricultural techniques, the land organization in this region was ruled by a development policy which was not concerned with the socio-environmental aspects of the area. In this context, the present work aims to analyze the development process of the Great Dourados region, through soybean production and its relation to the confinement of the indigenous people present in the Area. This integration happened due to the money and for it, inserting this Region into a national productive pattern which guided the farmers to modern crops, mainly soybean. The land cultivation was not the only productive activity that granted the Region an economic integration, to both the national and international market. From the end of the Paraguay War (1870) to the middle of the 70s, there were at least two other ways to the regional economic integration. One of them happened with the traditional activities of cattle raising and the extraction of the Paraguay tea (maté/ Yerba Mate) from 1870 to 1937, which divided the regional territory into large farmlands focused on the external market. The other way happened with the need to create a market for the agricultural production and for the demand for manufactured goods, which reorganized the regional territory into small farmlands, as a result of colonization projects from 1943 to 1956. Since 1976, with the creation of the Special Program for the Development of the Great Dourados Region (Prodegran), the capitalist relations of production, which were consolidated in the area, were not ruled almost exclusively by the traditional activities of cattle raising and the extraction of the Paraguay tea, in order to create a new accumulation center connected to the modern crops. As this new accumulation center was created, the Region was led to a

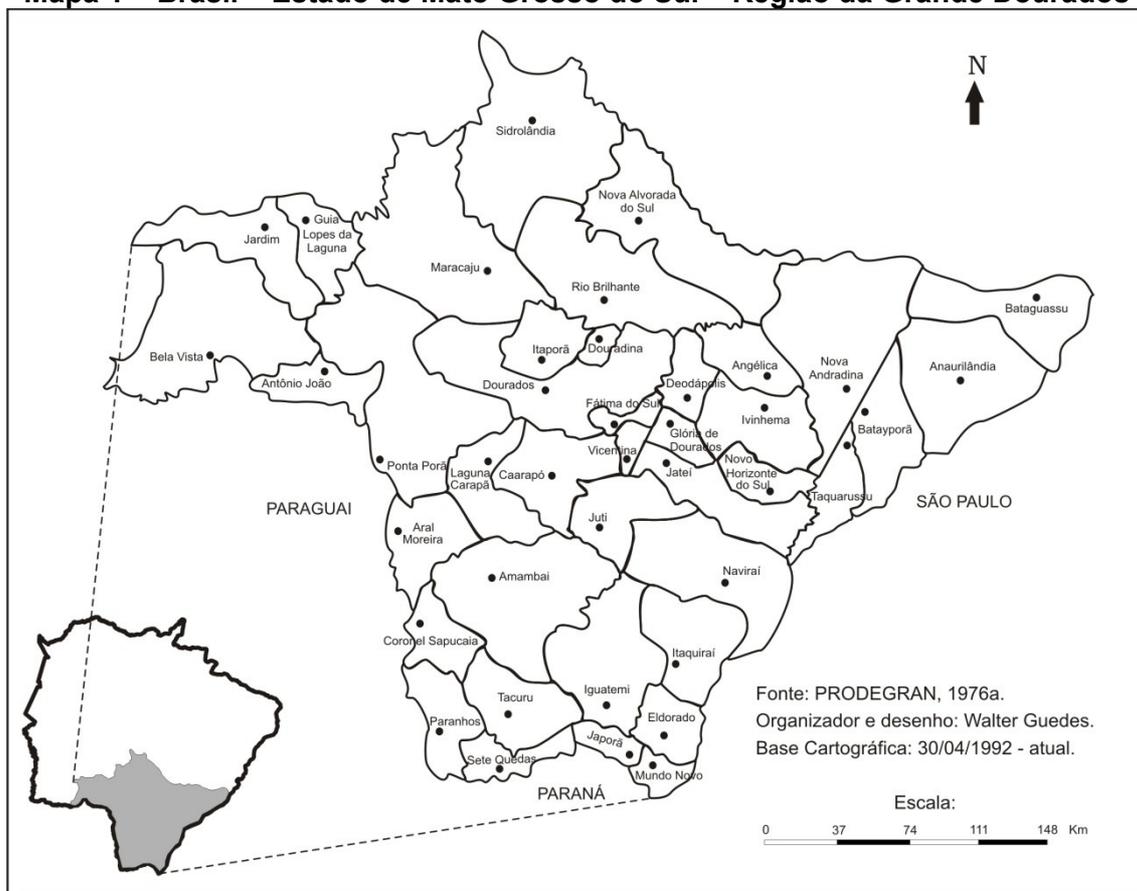
selective and dependent integration process, in which many farmers changed their accumulation centers to modern grain crops, causing environmental degradation, productive exclusion and ethnical-cultural conflicts with the indigenous community.

Key words: regional development, soybean, environment, indigenous community.

Introdução

Desde meados dos anos 70 do século 20, a região da Grande Dourados, composta por 40 municípios localizados no sul do estado de Mato Grosso do Sul, passou por um processo de (re)ordenamento territorial pelas mudanças na organização produtiva regional. Tais transformações são fruto do processo de integração dessa região ao território nacional que se deu pela produção de grãos, principalmente a soja.

Mapa 1 – Brasil – Estado de Mato Grosso do Sul – Região da Grande Dourados



Com uso de modernas práticas agrícolas, a organização do território nessa região, foi pautada por uma política desenvolvimentista voltada para a inserção dessa região ao circuito produtivo nacional, que por sua vez estava integrado à dinâmica do capital internacional. Essa nova lógica de produção empresarial que modernizou a base produtiva das atividades agrícolas, não integrou todos os produtos e produtores ao moderno sistema produtivo nacional, ela foi direcionada para determinadas lavouras e propriedades, produzindo desigualdades econômico-regionais, “a modernização da agricultura é um processo longo, descontínuo, contraditório e desigual, que diz respeito ao desenvolvimento do capitalismo” (VITULE, 1997, p. 44).

Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo analisar o processo de desenvolvimento da região da Grande Dourados, via produção de soja, e sua relação com o confinamento da comunidade indígena presente nessa região.

A ascensão da soja no mercado nacional

A soja brasileira foi uma atividade econômica que já “nasceu” moderna e integrada ao circuito produtivo nacional, uma atividade mecanizada e consumidora de produtos industriais que abriu possibilidade para o crescimento da indústria voltada para o campo, bem como para as agroindústrias que absorveram essa produção.

Aproveitando os bons ares no cenário nacional, com incentivos do governo federal para a produção da soja, e internacional, com crescente demanda pela oleaginosa durante os anos 70, a soja deixou de ser uma cultura complementar do trigo para assumir o posto de atividade hegemônica da acumulação capitalista no campo, destacando-se em toda a região sul e nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e São Paulo. Em pouco tempo tornou-se a “menina dos olhos de ouro” do governo brasileiro, pois seu valorizado preço no mercado internacional proporcionava ao governo a possibilidade de equilibrar a balança comercial com o aumento de divisas via exportação de grãos e derivados da soja (SILVA, 2011).

A integração produtiva do campo à economia nacional não foi direcionada para todos os estratos produtivos tampouco para todos os grupos étnicos presentes na região da Grande Dourados;

muitos produtos, regiões e comunidades não foram inseridos ao circuito produtiva nacional integrado ao capital industrial, ficando à margem desse processo.

Os mesmos arranjos produtivos que permitiram a integração de determinados produtos e regiões à economia nacional, também foram os responsáveis pela exclusão de produtos e grupos étnicos, uma vez que as atividades tradicionais não foram capazes de concorrer com o dinamismo das modernas atividades agrícolas, tampouco foram respeitados as culturas dos povos indígenas existentes na região.

Foi o ocorrido na região da Grande Dourados, que pautada por uma política de integração dessa região à economia nacional, via produtos de agroexportação, foi conduzida à modernização produtiva a qual, associada ao capital industrial e financeiro, modernizou e agroindustrializou a produção regional, conduzindo essa região a uma integração dependente e subordinada ao capital industrial e financeiro.

A Reserva Indígena de Dourados - RID

A Constituição Federal do Brasil de 1988, reconhecendo a importância cultural e identitária do povo indígena, ressalta por meio dos artigos 215 e 216, que os núcleos indígenas devem ser tratados como patrimônio cultural de interesse da União, estados e municípios, e como tal, devem ser preservados de qualquer ação conflituosa, garantindo, concomitantemente, sua manutenção e integridade, uma vez que os territórios integram a formação da identidade nacional, como pode ser observado no parágrafo 2º do art. 231, "as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se à sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas dos solos, dos rios e dos lagos nelas existentes".

Com aproximadamente 12.000 indígenas, a Reserva Indígena de Dourados (RID) é composta por duas aldeias: Bororó e Jaguapirú e está localizada no município de Dourados, estado de Mato Grosso do Sul. A região no qual a RID está localizada é um dos grandes celeiros produtivos nacionais, com modernas práticas agrícolas que modernizaram o campo e intensificaram a lógica de reprodução do capital assentado nas lavouras de soja e, mais recentemente, na expansão do setor sucroalcooleiro.

Nesta complexidade temos o contraste do indígena convivendo com a proximidade da área urbana. O não índio se identifica como "civilizado", utilizando-se dessa categoria para justificar a opressão sobre aqueles tidos como minorias. Ou no caso da RID, onde duas nações indígenas conviverem em um mesmo território, em que uma reivindica mais direitos sobre a terra, afirmando que são mais trabalhadores que os outros. Espaços, fronteiras sociais e culturais historicamente construídos, são confrontados e convidados à elaboração de novas territorialidades.

O crescimento da população na RID traz consigo dificuldades para sua manutenção social, não tendo o direito de possuírem condições dignas de moradia, saúde, educação e lazer. O aumento populacional deu-se de forma elevada, a população indígena que inicialmente era de 300 pessoas em 1915, chega a mais de 12.000 na atualidade. Desta forma, destacamos que da doação de 3.600 ha em 1915, para a demarcação realizada em 1975, perdeu-se 61 ha, portanto, hoje a reserva possui uma área de 3.539 ha. Esse fato fica contraditório quando observamos o Estado implantando a reforma agrária no Brasil com doação de aproximadamente 33 ha por família, considerando que esta família tem em média 6 pessoas.

No mundo Guarani, o espaço tem representação própria com papéis e funções específicas, sendo representado em três aspectos: o espaço ocupado pela família extensa, a casa e o centro, que são destinados para as conversas, reuniões e festas; o espaço onde se planta o milho, mandioca, cana, abóbora e outros produtos de subsistência; e o espaço destinado à perambulação onde o homem faz suas reflexões, caça e pesca. Já para os Terenas, o espaço está organizado em dois aspectos: o espaço da família, composto de casa, escola, estradas, ruas, etc.; e o espaço das plantações para o consumo.

Figura 1: RID - Barraco feito de lona utilizado como moradia (2007)



Na foto, destaque para as condições de moradia de uma família indígena na RID. A destruição da natureza e o aumento populacional contribuem para a falta de materiais básicos para a construção da casa tradicional, que aos poucos vem sendo substituída por verdadeiros barracos de lonas ou por construções de alvenaria realizadas pelo poder público local, contribuindo para a perda da cultura e da identidade do grupo. Foto: Walter Guedes, 2007.

Atualmente, a comunidade indígena da RID enfrenta a crise da super população, do alcoolismo e a falta de condições de sobrevivência e manutenção cultural. Essa situação provoca transformações sociais, econômicas e culturais vivenciadas hoje pelos indígenas que são obrigados a submeterem-se às mudanças que estabelecem o distanciamento de seus familiares, o afastamento de sua cultura e de sua religião, como muitos daqueles que se tornam trabalhadores nas usinas de álcool e açúcar e nos canaviais. O confinamento limitou as práticas sociais dos indígenas que vivenciam uma verdadeira dificuldade na produção de alimentos e na manutenção de sua língua mãe.

Segundo Dias (2006), o desenvolvimento local está ligado à cultura e história geográfica de um povo. Ao mesmo tempo, cabe ressaltar que, independente da localização e da questão de territorialidade física e emocional, muitos grupos étnicos buscam alternativas para promoverem a inclusão do território com base no etnodesenvolvimento que possa promulgar níveis significativos de melhorias baseados, sobretudo, na endogenia e no fluxo cultural local para evidenciar sua alteridade cultural. Desta forma, as relações territoriais indígenas são expressões marcantes e

complexas, ligadas diretamente a identidade cultural. O território incorpora as expressões dos modos de vida tanto do passado como do presente, contendo, ao mesmo tempo, significados culturais residuais e emergentes.

Estes fatores provocam mudanças na família extensa e principalmente na família nuclear. No caso da família extensa destacamos que praticamente não existem exercendo o papel de liderança. Quanto às famílias nucleares Guarani, essas passam por inúmeras dificuldades, tais como: onde morar, como produzir para sustentar suas famílias, necessidade de trabalhar fora da Reserva, afastamento do seio familiar, prostituição, sub emprego, envolvimento com droga e a necessidade de falar o português, deixando de lado a língua materna apreendida após o nascimento e utilizada em seu dia a dia no convívio familiar.

Cada filho de um indígena que casa representa a diminuição de sua terra. Levando em consideração que é da terra do pai que se tem a terra do filho. Tal fato nos leva a refletir que em pouco tempo teremos uma população considerável de indígenas trabalhando fora e/ou morando na periferia das áreas urbanas.

O sub-emprego é um dos grandes problemas enfrentados pela comunidade indígena. Os indígenas nunca se preocuparam com o aperfeiçoamento de tecnologia e quando vão trabalhar na cidade, fazendas ou empresas, costumam ser selecionados para atividades que não tem necessidade de tecnologia. Tal fato afeta diretamente a renda dos trabalhadores, que costuma receber um salário irrisório, que nem sempre dão condições de sustentar suas próprias famílias. Não podendo nos esquecer que os “gatos”, aliciadores de mão de obra, favorecem o aumento de exploração, dificultando ainda mais a situação financeira e empregatícia.

Considerando as interferências provocadas na RID, em função das questões econômicas, os aspectos religiosos foram os primeiros a sofrerem os impactos dessa relação com a comunidade envolvente, pois se vinculam as novas seitas e religiões, que numa forma de catequizá-los, provocaram alterações no modo de ser e de compreender sua existência enquanto indivíduos da sociedade indígena. Mas com o passar do tempo, os aspectos religiosos vividos pelos indígenas, mesmo com tantos conflitos gerados por questões sócio-culturais, estão sendo revitalizados

como instrumento de luta.

No território indígena na RID, ainda existem famílias extensas e nucleares. As famílias extensas são mais visíveis na comunidade Guarani e as famílias nucleares nos Terenas. Os Guarani preservam sua cultura da prática de atividades de subsistência, cultivando, sobretudo, milho, arroz, feijão e mandioca em pequenas roças, enquanto os Terena desencadeiam a cultura extensiva para negociar seus produtos no comércio local da área urbana do município de Dourados. Fica evidenciado algumas diferenças culturais que existem entre as povos, como linguagem, dança, vestimenta e tradição, forma específica das sociedades organizadas, conforme o seu entendimento de mundo e sua cultura, sendo obrigados a conviverem confinados na mesma Reserva.

Considerações Finais

O território, na visão dos índios da RID, configura-se como um espaço indissociável das relações entre o indígena e sua prática social, permeados por práticas tradicionais, ricas em simbologia e rituais, capazes de estabelecer relações entre passado e presente - uma sociedade historicamente estabelecida pela sua identidade e sua alteridade. A análise subjetiva do território, através do *teko-há*, e por extensão a questão imbricada na cultura indígena, pode ser assinalada na importância da história espiritual e social que preconiza o caráter territorial como um espaço em que a vida se perpetua.

O território para o indígena faz parte do sustentáculo de sua existência, da sua formação, da sua identidade cultural e da sua alteridade. Por fim, é preciso o envolvimento direto da gestão pública para garantir a integridade e manutenção dos territórios. A atual legislação destinada para “garantir” os direitos à igualdade ainda está aquém do ideal, uma vez que a que está posta para as sociedades tradicionais é mera formalidade normativa e desatualizada, que reforça ainda mais a exclusão sócio-cultural e de certa forma econômica. É preciso garantir às comunidades o direito à alteridade com dignidade humana. Os territórios indígenas constituem-se em representação cultural e identificação étnica para os diversos povos que configuram a cultura brasileira.

XI INTI International Conference La Plata 2012

Equipo TAG Territorios Posibles UNLP-CONICET y Universidades asociadas del GDRI
Groupe de Recherche CNRS INTI International Network of Territorial Intelligence
Instituto IdhICS, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad Nacional de La Plata - CONICET

Referência Bibliográfica

BRASIL. *Constituição do Brasil*, 1988.

DIAS, Reinaldo. *Turismo e patrimônio cultural: recursos que acompanham o crescimento das cidades*. São Paulo: Saraiva, 2006.

MINISTÉRIO DO INTERIOR. Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste. PRODEGRAN - Exposição de motivos. Brasília, 1976.

SILVA. Walter Guedes da. *O processo de integração produtiva da região de Dourados ao território nacional*. 2011. 204f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

VITULE, MARIA LUIZA DE LIMA. "A AGRICULTURA MODERNA". *REVISTA SÃO PAULO EM PERSPECTIVA*. SÃO PAULO, VOL. 11, Nº. 02, PP. 42-49, 1997. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.SEADE.GOV.BR/PRODUTOS/SPP](http://www.seade.gov.br/produtos/spp). ACESSO EM: 15/12/2011.